



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 264/XIII/ 4.^a SL

Aos 19 dias do mês de junho de 2019, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.º 260/XIII/4.^a, 261/XIII/4.^a e 262/XIII/4.^a, relativas às reuniões de 11 e 12 de junho de 2019
2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PEV para audição do Presidente da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE, sobre o Projeto PIN Aquanattur em Pedras Salgadas
3. Ratificação das votações indiciárias realizadas no Grupo de Trabalho Defesa do Consumidor, relativas aos Projetos de Lei n.os 438/XIII/2.^a (PSD) - "Determina a sujeição dos litígios de consumo de reduzido valor económico à arbitragem necessária, quando tal seja optado pelo consumidor, e determina a obrigatoriedade de constituição de advogado nas ações de consumo", 451/XIII/2.^a (PAN) - "Reforça os direitos dos consumidores no que diz respeito ao consumo de bens alimentares", e Projetos de Resolução n.os 717/XIII/2.^a (PSD) - "Recomenda ao Governo a adição de medidas que promovam os meios alternativos de resolução de litígios de consumo", 718/XIII/2.^a (PSD) - "Recomenda ao Governo a assunção de medidas de fomação, informação e fiscalização de defesa dos direitos dos consumidores" e 727/XIII/2.^a (CDS-PP) - "Recomenda ao Governo que promova uma cultura de informação ao consumidor mais eficaz"
4. Apreciação e votação da proposta de texto final relativo aos Projetos de Resolução n.os 1651/XIII/3.^a (PCP) - "Propõe medidas para o pleno aproveitamento do investimento na construção da ligação ferroviária Sines-Elvas (Caia) no âmbito do transporte de mercadorias", 1652/XIII/3.^a (PCP) - "Propõe medidas para o pleno aproveitamento do investimento na construção da ligação ferroviária Sines-Elvas (Caia) no âmbito do transporte de passageiros" e 1681/XIII/3.^a (PSD) - "Recomenda ao Governo que adopte



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 264/XIII/ 4.^a SL

medidas que assegurem a paragem de comboios de mercadorias no Alentejo, nomeadamente em Évora, Vendas Novas e zona dos mármoreos (Estremoz, Borba, Vila Viçosa e Alandroal), mas também, a utilização de toda a linha no âmbito do transporte de passageiros", apresentado pelo PCP

5. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1847/XIII (CDS-PP) - Combate à sinistralidade rodoviária

6. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 2006/XIII (CDS-PP) - Recomenda ao Governo a reabilitação da EN225

7. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 2147/XIII (CDS-PP) - Recomenda ao Governo que promova um conjunto de ações com vista ao combate à sinistralidade rodoviária

8. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1756/XIII/3.^a (PSD) - Recomenda ao Governo que adote medidas para corrigir as anomalias nos voos e a prestação de assistência adequada aos passageiros para as Regiões Autónomas

9. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.os 133/XIII/1.^a (BE) - "Recomenda ao Governo a proibição da exploração e extração de gases e óleos de xisto" e 1388/XIII/3.^a (BE) - "Recomenda ao Governo a cessação de prospeção de hidrocarbonetos na Baixa de Peniche"

10. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.os 2098/XIII/4.^a (PCP) - "Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes para defesa do setor têxtil e do vestuário nas regiões do Ave e Cávado" e 2071/XIII/4.^a (BE) - "Recomenda ao Governo medidas para enfrentar a crise no setor têxtil"

11. Outros assuntos



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 264/XIII/ 4.^a SL

1. Apreciação e votação das atas n.º 260/XIII/4.^a, 261/XIII/4.^a e 262/XIII/4.^a, relativas às reuniões de 11 e 12 de junho de 2019

Submetidas à votação, as atas n.ºs 260/XIII/4.^a, 261/XIII/4.^a e 262/XIII/4.^a, relativas às reuniões de 11 e 12 de junho de 2019, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PAN.

2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PEV para audição do Presidente da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE, sobre o Projeto PIN Aquanattur em Pedras Salgadas

O Senhor Deputado José Luís Ferreira (PEV) apresentou, nos seus termos, o requerimento do PEV, para audição do Presidente da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE, sobre o Projeto PIN Aquanattur em Pedras Salgadas, abordou o compromisso da Agência, em audição de Comissão realizada em 28 de novembro de 2017, na entrega de elementos em falta, porém constatou que tal não ocorreu, e referiu as informações recolhidas na sequência da visita à Região Norte - Pedras Salgadas - realizada pela Comissão.

O Senhor Presidente da Comissão colocou o requerimento, apresentado pelo PEV, para audição do Presidente da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE, sobre o Projeto PIN Aquanattur em Pedras Salgadas à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PAN.

3. Ratificação das votações indiciárias realizadas no Grupo de Trabalho Defesa do Consumidor, relativas aos Projetos de Lei n.os 438/XIII/2.^a (PSD) - "Determina a sujeição dos litígios de consumo de reduzido valor económico à arbitragem necessária, quando tal seja optado pelo consumidor, e determina a obrigatoriedade de constituição de advogado



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 264/XIII/ 4.ª SL

nas ações de consumo", 451/XIII/2.ª (PAN) - "Reforça os direitos dos consumidores no que diz respeito ao consumo de bens alimentares", e Projetos de Resolução n.os 717/XIII/2.ª (PSD) - "Recomenda ao Governo a adição de medidas que promovam os meios alternativos de resolução de litígios de consumo", 718/XIII/2.ª (PSD) - "Recomenda ao Governo a assunção de medidas de formação, informação e fiscalização de defesa dos direitos dos consumidores" e 727/XIII/2.ª (CDS-PP) - "Recomenda ao Governo que promova uma cultura de informação ao consumidor mais eficaz"

Procedeu-se à ratificação das votações indiciárias realizadas no Grupo de Trabalho Defesa do Consumidor, relativas aos Projetos de Lei n.os 438/XIII/2.ª (PSD) - "Determina a sujeição dos litígios de consumo de reduzido valor económico à arbitragem necessária, quando tal seja optado pelo consumidor, e determina a obrigatoriedade de constituição de advogado nas ações de consumo", e 451/XIII/2.ª (PAN) - "Reforça os direitos dos consumidores no que diz respeito ao consumo de bens alimentares", e dos Projetos de Resolução n.os 717/XIII/2.ª (PSD) - "Recomenda ao Governo a adição de medidas que promovam os meios alternativos de resolução de litígios de consumo", 718/XIII/2.ª (PSD) - "Recomenda ao Governo a assunção de medidas de formação, informação e fiscalização de defesa dos direitos dos consumidores" e 727/XIII/2.ª (CDS-PP) - "Recomenda ao Governo que promova uma cultura de informação ao consumidor mais eficaz", nos termos dos respetivos relatórios de votações, que fazem parte integrante desta ata e podem ser consultados nas [páginas das iniciativas](#) na Internet.

4. Apreciação e votação da proposta de texto final relativo aos Projetos de Resolução n.os 1651/XIII/3.ª (PCP) - "Propõe medidas para o pleno aproveitamento do investimento na construção da ligação ferroviária Sines-Elvas (Caia) no âmbito do transporte de mercadorias", 1652/XIII/3.ª (PCP) - "Propõe medidas para o pleno aproveitamento do investimento na construção da ligação ferroviária Sines-Elvas (Caia) no âmbito do transporte de passageiros" e 1681/XIII/3.ª (PSD) - "Recomenda ao Governo que adopte medidas que assegurem a paragem de comboios de



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 264/XIII/ 4.^a SL

mercadorias no Alentejo, nomeadamente em Évora, Vendas Novas e zona dos mármore (Estremoz, Borba, Vila Viçosa e Alandroal), mas também, a utilização de toda a linha no âmbito do transporte de passageiros", apresentado pelo PCP

O Senhor Presidente da Comissão colocou em apreciação e votação a proposta de texto final relativo aos Projetos de Resolução n.os 1651/XIII/3.^a (PCP) - "Propõe medidas para o pleno aproveitamento do investimento na construção da ligação ferroviária Sines-Elvas (Caia) no âmbito do transporte de mercadorias", 1652/XIII/3.^a (PCP) - "Propõe medidas para o pleno aproveitamento do investimento na construção da ligação ferroviária Sines-Elvas (Caia) no âmbito do transporte de passageiros" e 1681/XIII/3.^a (PSD) - "Recomenda ao Governo que adopte medidas que assegurem a paragem de comboios de mercadorias no Alentejo, nomeadamente em Évora, Vendas Novas e zona dos mármore (Estremoz, Borba, Vila Viçosa e Alandroal), mas também, a utilização de toda a linha no âmbito do transporte de passageiros", apresentado pelo PCP, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

De seguida, o Presidente lembrou a necessidade de dar prioridade à tramitação das Petições pendentes, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) solicitou a palavra para concordar com o exposto, evidenciou que as Petições pendentes em Comissão só poderão ser agendadas em Plenário na próxima legislatura e observou a preocupação em não deixar caducar iniciativas legislativas em Comissão, também o Deputado Emídio Guerreiro (PSD) interveio para referir que com a alteração do procedimento de tramitação dos Projetos de Resolução o ónus da sua materialização passou a estar na Comissão e também salientou a importância de não condicionar o andamento das iniciativas, por fim os trabalhos prosseguiram com a discussão conjunta dos pontos 5 e 7 da Ordem do Dia.

5. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1847/XIII (CDS-PP) - Combate à sinistralidade rodoviária



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 264/XIII/ 4.^a SL

7. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 2147/XIII (CDS-PP) - Recomenda ao Governo que promova um conjunto de ações com vista ao combate à sinistralidade rodoviária

O Senhor Presidente apresentou, em conjunto e nos seus termos, os Projetos de Resolução n.os 1847/XIII/4.º (CDS-PP) – “Combate à sinistralidade rodoviária” e 2147/XIII/4.º (CDS-PP) – “Recomenda ao Governo que promova um conjunto de ações com vista ao combate à sinistralidade rodoviária”, também mencionou os Projetos de Resolução n.os 1811/XIII/4.º (PSD) – “Recomenda ao Governo a difusão e promoção das vantagens de adoptar a ISO 39001 - Sistema de Gestão de Segurança do Trânsito Rodoviário” e 1810/XIII/4.º (PSD) - “Regulamento de Sinalização do Trânsito” já apresentados e discutidos que versam semelhante temática, também salientou que o debate ganha destaque após as últimas notícias sobre as estatísticas da sinistralidade rodoviária. Considerou que o esforço de apresentação de vários Projetos de Resolução, por parte dos Grupos Parlamentares, constitui um forte sinal para que o Governo proceda à definição de uma estratégia de comunicação de segurança rodoviária que inclua a comunicação audiovisual, à implementação das medidas definidas no Plano Estratégico Nacional de Segurança Rodoviária (Pense 2020), à atualização do Regulamento de Sinalização de Trânsito, à classificação das vias rodoviárias por estrelas. De seguida, observou as críticas dirigidas ao Senhor Ministro da Administração Interna, por parte dos Grupos Parlamentares, em audição de Comissão, acerca dos resultados e da qualidade das estatísticas sobre prevenção rodoviária, salientou não estar a decorrer qualquer processo legislativo sobre a matéria na Assembleia da República, sublinhou o Fórum Parlamentar organizado sobre a Segurança Rodoviária em 2018 e concluiu com a necessidade do Governo desenvolver esforços para desencadear as medidas pendentes.

Por sua vez, o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) iniciou a sua intervenção demonstrando acordo com o proferido pelo Senhor Presidente da Comissão, observou um conjunto de matérias referenciadas pelos Grupos Parlamentares e com necessidade de ser corrigidas, designadamente os indicadores de tráfego, diferentes aspetos de sinalização em falta no Código da Estrada e em particular os referentes aos novos modos de transporte suave, neste sentido aconselhou a inclusão do Projeto



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 264/XIII/ 4.^a SL

de Resolução n.º 1966/XIII/4.º (BE) “Reforçar e fiscalizar condições de circulação de bicicleta em vias de coexistência” no pacote das iniciativas de combate à sinistralidade.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) reiterou o proferido na discussão dos Projetos de Resolução apresentados pelo GP PSD sobre a matéria em Comissão, sugeriu a publicação conjunta dos Projetos de Resolução já aprovados em Plenário com os que se encontram em discussão na Comissão sobre idêntica temática de combate à sinistralidade, sublinhou a necessidade de uma presença dissuasora nas estradas por parte das Forças de Segurança, o investimento a realizar na conservação das infraestruturas rodoviárias e a preocupação com os motoristas profissionais designadamente no cumprimento dos tempos de condução e repouso.

O Senhor Deputado Carlos Pereira (PS) sublinhou que o GP PS é bastante sensível à matéria da sinistralidade rodoviária, observou o défice de informação existente e já referenciado pelos GP's o que conduz à elaboração de diplomas sem uma cabal compreensão dos motivos da manutenção da sinistralidade rodoviária. Afirmou que o GP PS não levanta objeções aos Projetos de Resolução apresentados, contudo salientou a premência em definir uma estratégia capaz de melhorar o sistema de avaliação da sinistralidade rodoviária e a compreensão das suas razões estruturais.

Pelo Senhor Deputado Emídio Guerreiro (PSD) foi observado que a matéria da segurança rodoviária está dividida entre duas Comissões, com âmbitos de intervenção distintos, demonstrou a preocupação do GP PSD em colmatar as lacunas regulatórias existentes neste âmbito, observou que as recomendações propostas são um contributo para o incremento da segurança rodoviária, por fim salientou que a reflexão sobre os motivos na manutenção da sinistralidade rodoviária deve ocorrer entre as duas Comissões e a necessidade do Parlamento ter acesso à informação estatística atualizada.

Usou ainda da palavra o Senhor Presidente da Comissão para afirmar que o GP CDS-PP está disponível para elaborar um texto conjunto com o GP PSD, defendeu que as recomendações propostas correspondem a medidas já discutidas em Comissão,



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 264/XIII/ 4.ª SL

referiu o consenso existente acerca do PENSE 2020, contudo observou que falta concretizar o Plano.

O Senhor Presidente da Comissão também informou que o GP PSD apresentou um requerimento a solicitar à ANSR o Relatório do ano de 2018 – Estatísticas de Sinistralidade Rodoviária, e deu indicação aos Serviços para proceder às diligências para a sua obtenção.

9. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.os 133/XIII/1.ª (BE) - "Recomenda ao Governo a proibição da exploração e extração de gases e óleos de xisto" e 1388/XIII/3.ª (BE) - "Recomenda ao Governo a cessação de prospeção de hidrocarbonetos na Baixa de Peniche"

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) pediu o adiamento deste ponto, o Senhor Deputado Emídio Guerreiro (PSD) solicitou a palavra para salientar que os dois Projetos de Resolução mencionados não devem ser discutidos em conjunto e invocou a disparidade dos assuntos, por fim o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) pediu que a discussão dos Projetos de Resolução ocorra após a concretização de uma audiência com a Associação Bajouquense para o Desenvolvimento.

6. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 2006/XIII (CDS-PP) - Recomenda ao Governo a reabilitação da EN225

A informação relativa à discussão do ponto 6. será disponibilizada para apreciação após a baixa à Comissão do Projeto de Resolução n.º 1987/XIII/4.ª – “Recomenda ao Governo que proceda à requalificação urgente da EN 225”.

8. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1756/XIII/3.ª (PSD) - Recomenda ao Governo que adote medidas para corrigir as anomalias nos voos e a prestação de assistência adequada aos passageiros para as Regiões Autónomas



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 264/XIII/ 4.ª SL

O Senhor Deputado Paulo Neves (PSD) usou da palavra para apresentar o Projeto de Resolução n.º 1756/XIII/3.ª (PSD), defendeu que a companhia aérea TAP deva ter uma responsabilidade acrescida com o acompanhamento dos passageiros afetados pelos cancelamentos de voos para as Regiões Autónomas e observou que as questões operacionais dadas como justificação para a interrupção dos voos nunca foram devidamente explicadas.

De seguida, o Senhor Deputado Carlos Pereira (PS) salientou que o GP PS demonstra preocupação com esta temática, mencionou as recentemente melhorias nas ligações aéreas com as Regiões Autónomas com menores cancelamentos de voos por motivos operacionais, sublinhou que foi realizada pressão sobre a TAP, por parte da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, do Governo Regional da Madeira e do GP PS, no sentido de avaliar as razões dos cancelamentos. É necessário compreender que no período crítico de cancelamento de voos ocorreu dificuldades de operacionalidade do aeroporto da Madeira, observou as medidas tomadas pela TAP, designadamente a nomeação de um diretor para o aeroporto na Madeira, porém sublinhou ser precoce a avaliação do seu impacto.

O Senhor Deputado Ernesto Ferraz (BE) observou que o PJR já tem cerca de um ano desde a sua entrada, referiu que a situação está diferente, porém permanecem constantes atrasos e problemas operacionais nas ligações aéreas. Afirmou que os problemas observados decorrem da liberalização da rota, a que crescem os ditos problemas operacionais, sem aprofundada fundamentação, e que afetam todos os utilizadores e população residente. Defendeu que a reversão da privatização da TAP não surtiu os efeitos desejáveis, sublinhou que a resolução dos problemas de operacionalidade do aeroporto internacional da Madeira foi adiada, por fim concluiu que a via aérea é a única opção de ligação sem qualquer alternativa por via marítima.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) considerou que a resolução proposta está desatualizada, defendeu que o problema decorreu da preparação para a tentativa de privatização da TAP, também da liberalização do transporte aéreo, assim como da alteração do paradigma de serviço público para um de maximização de lucro. Observou o Grupo de Trabalho criado na anterior legislatura e em que os



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 264/XIII/ 4.^a SL

representantes da TAP explicaram que com a liberalização do serviço para as Regiões Autónomas a companhia alterou o paradigma de prestação de serviço público, afirmou que o problema de fundo subsiste e reside na liberalização do setor e na gestão da TAP, por fim fez menção à degradação da SATA e à falta de oportunidade da iniciativa.

Finalmente, tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Paulo Neves (PSD) considerando que o PJR apresentado é o mais atualizado possível, mencionou que a TAP mantém a mesma atitude relativamente à prestação de serviço público, dando como exemplo a decisão de acabar com o estatuto de atletas o que originou o agravamento das tarifas para esses utilizadores, salientou que persistem as situações referidas na exposição de motivos. Observou que o Governo da Região Autónoma da Madeira tem realizado esforços para colmatar os problemas, designadamente criou uma base de dados com o registo de hotéis que disponibilizam alojamento aos passageiros que fiquem impossibilitados de prosseguir nos seus voos agendados.

11. Outros assuntos

O Senhor Presidente da Comissão referiu a pretensão de discussão de Projetos de Resolução por parte do GP BE e do GP PCP, neste ponto da Ordem do Dia, havendo consenso, designadamente os Projetos de Resolução do GP BE n.os 2133/XIII/4.º (BE) – “Recomenda a suspensão do concurso limitado por prévia qualificação para as obras de prolongamento do quebra-mar exterior e respetivas acessibilidades marítimas no Porto de Leixões”, 1966/XIII/4.º (BE) – “Reforçar e fiscalizar condições de circulação de bicicleta em vias de coexistência”, 1947/XIII/4.º (BE) – “Extinção da concessão da atividade turística da Serra da Estrela por incumprimento” e 1365/XIII/3.º (BE) – “Recomenda a ação do Governo para garantir a continuação da laboração na antiga Triumph e no grupo Ricon”, e o GP PCP também pretendeu incluir o Projeto de Resolução n.º 1963/XIII/4.º (PCP) “Investimento, infraestruturas, produção nacional – opções por um Portugal com futuro” como também a discussão conjunta dos Projetos de Resolução n.os 2063/XIII/4.º (PCP) - “Potenciar a redução tarifária para uma aposta estratégica na promoção dos transportes públicos” e 1943/XIII/4.º (PCP) - “Pela articulação tarifária e promoção da redução de preços dos transportes nas ligações



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 264/XIII/ 4.^a SL

entre áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais limítrofes”, porém o Senhor Deputado Carlos Pereira (PS) solicitou a palavra para demonstrar a inexistência de condições para discutir os ditos Projetos de Resolução. O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) interveio para salientar a pertinência da discussão do Projeto de Resolução n.º 1963/XIII/4.º (PCP) - “Investimento, infraestruturas, produção nacional – opções por um Portugal com futuro” no âmbito do debate que ocorre acerca do PNI2030. Também o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) solicitou a palavra para retirar do processo de discussão o Projeto de Resolução n.º 1365/XIII/3.º (BE) – “Recomenda a ação do Governo para garantir a continuação da laboração na antiga Triumph e no grupo Ricon”, por considerar desatualizado.

A redação final relativa ao Projeto de Resolução n.º 1811/XIII/3.^a (PSD) – “Recomenda ao Governo a difusão e promoção das vantagens de adotar a ISSO 39001 – Sistema de Gestão de Segurança do Trânsito Rodoviário”, integrando as sugestões dos Serviços, foi fixada, sem votos contra.

Também deu conhecimento que o GP PSD solicitou que o Projeto de Resolução n.º 2081/XIII/4^a (PSD), na CEIOP, baixa à 7^a Comissão.

Transmitiu que tinha baixado à Comissão o Projeto de Lei n.º 1227/XIII/4.^a (PCP) – “Reversão da privatização dos CTT”, também informou da suspensão de elaboração de Notas Técnicas por parte dos Serviços, cabendo ao PSD indicar relator, e prosseguiu a reunião com o ponto 10 da Ordem do Dia.

10. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.os 2098/XIII/4.^a (PCP) - "Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes para defesa do setor têxtil e do vestuário nas regiões do Ave e Cávado" e 2071/XIII/4.^a (BE) - "Recomenda ao Governo medidas para enfrentar a crise no setor têxtil"

A informação sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.os 2098/XIII/4.^a (PCP) - "Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes para defesa do setor têxtil e do vestuário nas regiões do Ave e Cávado" e 2071/XIII/4.^a (BE)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 264/XIII/ 4.^a SL

- "Recomenda ao Governo medidas para enfrentar a crise no setor têxtil" não suscitou objeções, tendo sido considerada aprovada.

De seguida, o Presidente da Comissão informou que, os Projetos de Resolução que ficaram pendentes para discussão serão incluídos na próxima Ordem do Dia, e deu a palavra ao Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) para apresentar, nos seus termos, os pareceres referentes aos Projetos de Lei n.os 1076/XIII/4.º (PAN) e 1087/XIII/4.º (PEV), colocou os pareceres à votação que foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

Finalmente, deu conta das reuniões agendadas:

- audição da Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna, para prestar esclarecimentos no âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 173/XIII/4.º (Regula a operação de sistemas de aeronaves civis não tripuladas («drones») no espaço aéreo nacional), marcada para o dia 26 de junho pelas 10h00;
- audição da Comissão Executiva do Conselho de Administração da TAP, S.A., sobre a situação financeira da empresa, marcada para o dia 26 de junho após o Plenário;
- audição do Senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação nos termos do n.º 2 do art.º 104.º do RAR, prevista para o dia 2 de julho pelas 10h00;
- audição da Autoridade da Concorrência, marcada para as 10h00 do dia 3 de julho;
- audição do Senhor Ministro do Ambiente e da Transição Energética nos termos do n.º 2 do art.º 104.º do RAR, marcada para o dia 3 de julho após o Plenário;
- audição do Senhor Ministro Adjunto e da Economia nos termos do n.º 2 do art.º 104.º do RAR, marcada para o dia 4 de julho após o Plenário.

A reunião foi encerrada às 12:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de junho de 2019.

O PRESIDENTE

(HELDER AMARAL)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 264/XIII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos
António Topa
Bruno Dias
Carlos Pereira
Carlos Silva
Cristóvão Norte
Emídio Guerreiro
Ernesto Ferraz
Fátima Ramos
Fernando Jesus
Fernando Virgílio Macedo
Heitor de Sousa
Helder Amaral
Helga Correia
Hortense Martins
Hugo Costa
Joel Sá
Luís Moreira Testa
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Coimbra
Ângela Moreira
Fernando Manuel Barbosa
José Luís Ferreira
Liliana Silva
Paulo Neves
Pedro Alves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Silva
Heloísa Apolónia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Hugo Pires
Pedro Mota Soares
Ricardo Bexiga